

A Dimensão Política da Governação Económica – Competitividade vs Cooperação: como Manter o Modelo Social e os Direitos Fundamentais?

Ana Neves

Leonor Jacinto

Universidade Moderna (Licenciatura, Estudos Europeus)

A formação da Comunidade Europeia em 1957 está fortemente imbuída do desejo de criar um espaço de paz entre Estados europeus. A necessidade de manter a estabilidade no rescaldo da segunda guerra mundial, a preocupação em não perder soberanias recentemente readquiridas e atenuar rivalidades entre Estados determinaram uma construção marcadamente económica ao invés de política.

Passados 50 anos da fundação da Comunidade Europeia, hoje distante dos 6 Estados Membros fundadores (27 Estados membros com o recente alargamento a Leste), a Comunidade Europeia é uma potência económica, detentora do maior mercado interno mundial onde circulam livremente capitais, pessoas, serviços e mercadorias, com voz em organismos internacionais (OMC entre outros), mantendo um modelo social único baseado nos direitos fundamentais e com uma política externa europeia assente na promoção da cooperação e do regionalismo como resposta para a diminuição da pobreza e das diferenças de desenvolvimento entre Estados.

A UE não consegue ter um papel mais activo e preponderante na negociação com Estados terceiros porque não encontra consenso político entre os seus Estados membros. Tem havido falta de vontade e de liderança para conseguir uma política externa comum para além das políticas comunitárias, nomeadamente, a política de concorrência e a política agrícola comum (PAC). A política agrícola comum tem sido um entrave nas relações extra-comunitárias na medida em que é entendida como desleal, oposta à liberalização de comércio e contrária aos princípios defendidos pela própria União Europeia. É fundamental que a Europa tenha uma Política Externa e de Segurança Comum comunitarizada que permita o cumprimento dos seus objectivos.

Com a velocidade de desenvolvimento tecnológico, que se tem observado no mundo cada vez mais global e o conseqüente agravamento das condições sociais e de emprego na UE observa-se hoje uma necessidade de reestruturação dos seus modelos de desenvolvimento. Será que o modelo de concorrência actual permite a manutenção do modelo social? Para alcançar a paz e a estabilidade a Europa tem a responsabilidade de impedir uma maior precariedade das condições de vida dos seus cidadãos e promover a diminuição da pobreza nos Estados terceiros. No entanto, nem sempre os projectos de cooperação se traduzem em melhoria das condições de vida das populações e o fosso entre países aumenta.

A entrada da China e novos países emergentes (Brasil e Índia) na OMC coloca desafios prementes não só em termos de concorrência com países que não têm os mesmos modelos sociais e que por vezes não respeitam direitos fundamentais, mas também em termos do desenvolvimento sustentável. O modelo de concorrência actual ameaça a preservação do planeta e a Europa não pode olhar para este problema de uma forma isolada. A cooperação entre Estados é essencial já que as questões de segurança e de ambiente não conhecem fronteiras.

No espaço europeu, apesar de existir um mercado interno, há uma grande diversidade de sistemas fiscais o que dificulta a cooperação entre Estados promovendo a defesa de interesses particulares. E apesar da livre circulação de pessoas, a mobilidade do factor trabalho é muito inferior à mobilidade do factor capital. As empresas conseguem facilmente tirar partido do mercado interno beneficiando da sua dimensão e da facilidade de deslocar o capital ou a produção para onde lhes é mais favorável. Após o

alargamento aos países de Leste os problemas vividos na Europa acentuam a concorrência. Assiste-se à deslocalização de empresas para estes novos mercados que beneficiam de mão-de obra qualificada, barata e situações fiscais favoráveis.

O modelo social europeu encontra-se ameaçado pela maior precariedade do emprego, o envelhecimento da população e a velocidade das alterações tecnológicas ultrapassa a capacidade de adequar a força de trabalho às novas exigências. Torna-se cada vez mais difícil para os Estados sustentar o modelo social dado que têm cada vez menos autonomia e que a União Europeia não tem expressão nessa matéria. É necessário abordar seriamente esta questão já que o seu agravamento se pode traduzir em problemas de segurança e xenofobia que poderão levar a uma Europa com as fronteiras fechadas.

A falta de liderança política traduziu-se na incapacidade de adequar as instituições comunitárias a esta nova realidade. É necessária uma resposta rápida para continuar a construção europeia e neste campo o projecto de constituição apresentava propostas interessantes na medida em que envolvia mais a sociedade civil nas questões europeias, introduzia os direitos fundamentais como parte integrante do Tratado, comunitarizava a PESC e agilizava o processo de decisão.

Para resolver o impasse em que se encontra depois da Constituição não ter sido ratificada, a União tem de reformular as Instituições Comunitárias, comunitarizar a PESC e aproximar a sociedade civil dos centros de decisão.

As novas questões que se colocam quanto à manutenção do modelo social europeu num mundo profundamente globalizado requerem uma União Europeia com uma resposta não meramente económica. É necessária uma abordagem política eficaz, que demonstre não apenas o peso europeu na capacidade de influenciar o mundo mas também a compreensão de que o crescimento económico europeu passa pela resolução de problemas já existentes como a pobreza, a segurança e o meio ambiente, interna e externamente. O actual modelo de competitividade deve ser repensado. É importante assumir um papel activo na cooperação entre Estados e na promoção do regionalismo de forma a apostar nas especificidades de cada região garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento.